2
O Biodiesel no Brasil

Discussões sobre a preservação do meio ambiente ganham cada vez mais destaque na pauta internacional, principalmente após 1972 com a conferência de Estocolmo e, sobretudo, com o ECO 92 no Rio de Janeiro, quando essas questões ganham um alcance significativo com enfoque nas discussões relativas ao aquecimento global e no debate sobre o que seria um desenvolvimento sustentável.

No ano de 2009, em Copenhague, as negociações acerca de novos parâmetros e novas estratégias para a confecção de um documento que substitua o protocolo de Quioto reafirmam as discussões sobre o aquecimento global. Estima-se que este novo documento seja mais eficaz quanto às cobranças relativas às emissões de CO_2 dos países que mais os emitem.

O Brasil, seguindo uma tendência mundial, vem desde a década de 1960 investindo em pesquisas objetivando a substituição dos combustíveis provenientes do petróleo por uma fonte de energia renovável, propagandeada como de menor impacto ao meio ambiente e como uma alternativa para caso haja necessidade de substituição do petróleo devido à diminuição das reservas.

A dependência de uma só fonte pode acarretar dificuldades em longo prazo, gerando crises. Por isso, o interesse do Estado e de empresas privadas na diversificação do aparato energético, por mais que as descobertas do pré-sal tenham "tranquilizado".

No caso brasileiro, as pesquisas estão direcionadas para o estudo dos biocombustíveis como alternativa. Em um primeiro momento, os carros movidos a álcool inovaram enquanto fonte renovável, embora com o ônus decorrente de uma atividade de monocultura (cana-de-açúcar) e socialmente excludente.

Hoje, além dos programas vinculados ao álcool, e diante de uma pressão maior pela qualidade ambiental, foi criado o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), que como já analisado, faz parte de um processo nacional de investimento em agroenergia.

Uma das novidades do programa é a tentativa de integração dos agricultores familiares através do Selo Combustível Social, com vistas ao aumento de sua

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

renda e nível técnico. Além disso, o programa ressalta a vantagem de o biodiesel propiciar uma produção diversificada, já que a matéria-prima pode ser proveniente de diferentes fontes, flexibilizando a produção, favorecendo as diversidades regionais e abrindo espaço para a policultura, o que constituiria uma agricultura menos impactante ao meio ambiente.

A expansão efetiva da produção de biodiesel ocorre somente após as crises internacionais do petróleo (década de 1970), quando vários países, diante da necessidade, buscam novas alternativas energéticas. É o caso da Áustria, França e Alemanha, que já na década de 1980 implementam políticas de estímulo à produção deste combustível.

Já os EUA aprovaram o biodiesel como combustível alternativo apenas na década de 1990. Esta trajetória, de alguma forma, explica porque a produção do produto está fortemente concentrada na Comunidade Europeia, especialmente na Alemanha e França.

Assim, o biodiesel vem sendo pensado como fonte alternativa ao petróleo com maior ênfase desde a década de 1980, com diferenças entre os países produtores quanto às políticas adotadas, ao tipo de óleo produzido e ao tipo de produção agrícola voltada para as usinas de transformação.

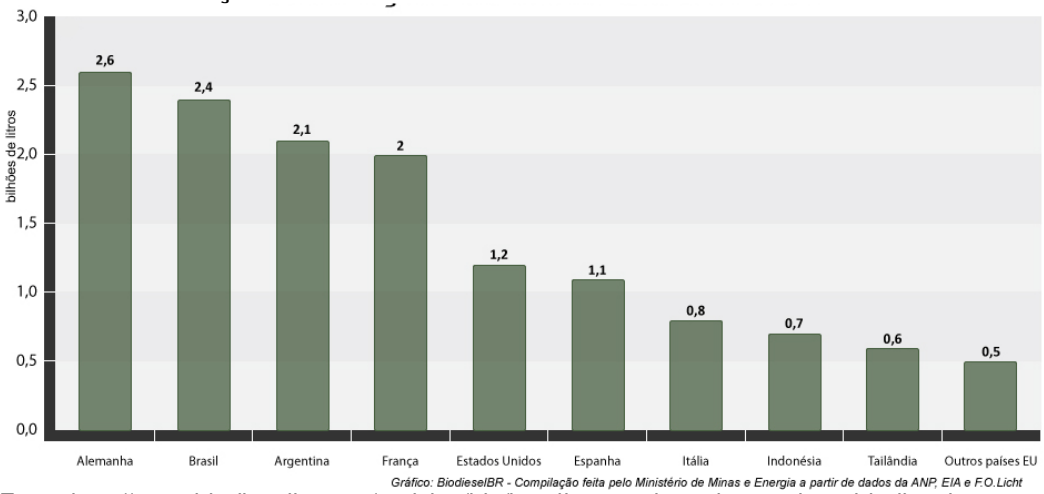
A União Europeia é responsável por cerca de 90% da produção mundial de biodiesel, facilitada pelos governos que garantem incentivos fiscais aos produtores e promovem leis específicas para o produto visando à melhoria das condições ambientais com a utilização de fontes de energia mais limpas.

Vale destacar que a tributação dos combustíveis de petróleo na Europa, inclusive do óleo diesel mineral, é extremamente alta, garantindo a competitividade no mercado.

A Alemanha estabeleceu um expressivo programa de produção de biodiesel a partir da canola, se destacando como o maior produtor e consumidor europeu de biodiesel (gráfico1), com capacidade de um milhão de toneladas por ano. O modelo de produção na Alemanha, assim como em outros países da Europa, tem características importantes. Nesse país, os agricultores plantam a canola para nitrogenar naturalmente os solos e dessa planta extraem óleo, que é a principal matéria-prima para a produção do biodiesel. Depois de produzido, o biodiesel é distribuído de forma pura, isento de qualquer mistura ou aditivação. Esse país conta com uma rede de mais de 1.000 postos de venda de biodiesel.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

Gráfico 1: Produção de Biodiesel em 2010



Fonte:http://www.biodieselbr.com/noticias/bio/brasil-segundo-maior-produtor-biodiesel-030811.htm acesso em: 09/07/2011

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

As motivações e os sistemas produtivos na França são semelhantes aos adotados na Alemanha, porém o combustível é fornecido no posto já misturado com o óleo diesel de petróleo na proporção atual de 5%, percentual que deverá ser elevado para 8%. Atualmente, os ônibus urbanos franceses consomem uma mistura com até 30% de biodiesel.

Nos EUA, a principal matéria-prima utilizada é a soja complementada com óleo usado.Este último é um diferencial em relação aos outros países, que não os reaproveitam, apesar de no caso brasileiro haver pequenos estudos sobre o assunto.

O Brasil atualmente está entre os maiores produtores de biodiesel. Sua produção tem aumentado significativamente desde a criação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), com o aumento das percentagens de mistura e incentivos do governo, chegando a ser o segundo maior produtor em 2010 (gráfico 1) e ganhando destaque entre os maiores produtores.

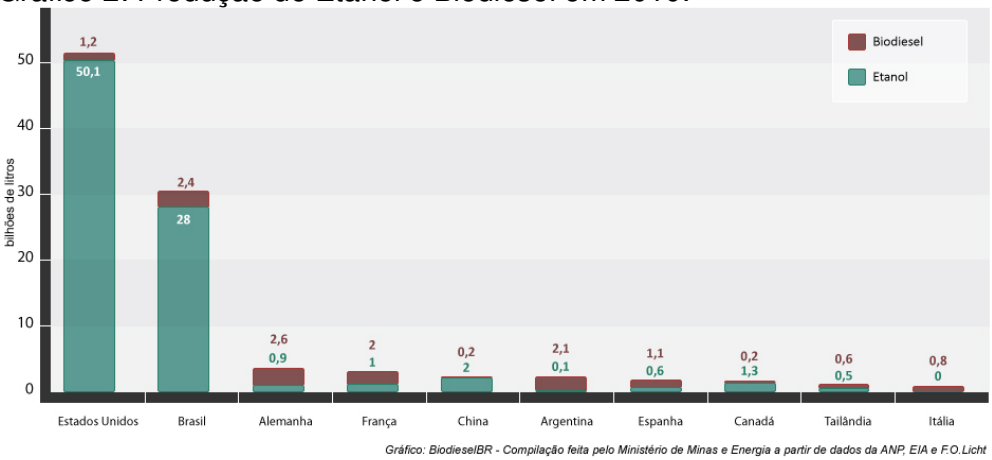
O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel foi lançado em 2004, alcançando no final de 2008 uma capacidade instalada superior a três bilhões de litros e ultrapassando, em 2009, quatro bilhões de litros. Como explicitado anteriormente, isso ocorre como parte de uma política governamental que complementa o discurso de desenvolvimento sustentável e de economia verde tão presentes nas pautas internacionais.

A produção do biodiesel é feita a partir da mistura de uma percentagem de óleo vegetal ou animal ao diesel, sendo as matérias-primas diversas, destacando-

se a soja sobretudo em Mato Grosso, o girassol no Sul, o algodão no Sul e Centro-Oeste, o sebo em menor escala, como subproduto da pecuária, a mamona, o dendê e o pinhão manso ainda em processo de experiência, localizados os dois primeiros em pequenas propriedades no Nordeste.

A produção de biodiesel ainda é pequena se comparada à produção do álcool (gráfico 2) e se pensada para substituir futuramente o diesel mas já vem formando uma estrutura produtiva complexa no Brasil.

Gráfico 2: Produção de Etanol e Biodiesel em 2010.



Fonte: http://www.biodieselbr.com/noticias/bio/brasil-segundo-maior-produtor-biodiesel-030811.htm acesso em 09/07/2011.

Para dar conta da análise de como vem se configurando a política do biodiesel no Brasil, seguirá uma breve consideração sobre as propostas do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e do Selo Combustível Social com base nas leis e pareceres criados pelo Governo Federal.

Neste primeiro momento, serão caracterizados o PNPB, o Selo Combustível Social e o discurso envolvido na elaboração do Programa, percebendo o interesse de quem os propaga, abordando as principais diretrizes do Programa e seu conteúdo político.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

2.1
O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

O PNPB é uma política interministerial do Governo Federal com o intuito de incentivar a produção de combustível de fonte vegetal e animal na busca de diminuir o consumo de fontes provenientes do petróleo e emissão de CO_2 na atmosfera. Foi elaborado abordando uma implementação que enfocasse a inclusão social e o desenvolvimento regional via geração de emprego e renda. Assim, a produção de biodiesel viria a partir de diferentes fontes de matéria-prima e em regiões diversas.

Segundo a lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, o biocombustível é um combustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna ou, conforme regulamento para outro tipo de geração de energia, que possa substituir parcial ou totalmente os combustíveis de origem fóssil.

Com relação aos outros países que também vêm produzindo o biocombustível, enfocando o biodiesel, o diferencial na política desenvolvida no Brasil é a tentativa de inserção do agricultor familiar no processo através do Selo Combustível Social.

A lei nº 11.097 dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, sendo fixado em 5% (cinco por cento), em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.

O prazo para aplicação é de oito anos após a publicação desta lei, sendo de três anos o período, após essa publicação, para se utilizar um percentual mínimo obrigatório intermediário de 2% (dois por cento), em volume.

Os prazos para atendimento do percentual mínimo obrigatório de que trata este artigo podem ser reduzidos em razão de resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, observados os seguintes critérios:

I - a disponibilidade de oferta de matéria-prima e a capacidade industrial para a produção de biodiesel;

II - a participação da agricultura familiar na oferta de matérias-primas;

III - a redução das desigualdades regionais;

IV - o desempenho dos motores com a utilização do combustível;

V - as políticas industriais e de inovação tecnológica.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

No ano de 2009 o percentual mínimo de obrigatoriedade alcançou 4%, com aumento para 5% em 2010, o que pressupõe um salto na produção agrícola com este fim e um crescimento da produção acima do que se esperava. Para o governo, o desenrolar da política teve um saldo positivo.

Segundo a lei, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) deverá promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, cabendo-lhe entre outras coisas prezar pela proteção dos interesses dos consumidores quanto ao preço, qualidade e oferta dos produtos; fiscalizar diretamente, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal, as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato; organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas da indústria dos biocombustíveis; regular e autorizar as atividades relacionadas à produção, importação, exportação, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda e comercialização de biodiesel, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; exigir dos agentes regulados o envio de informações relativas às operações de produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, destinação e comercialização de produtos sujeitos à sua regulação.

Segundo o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, todo o biodiesel produzido no país deve ser primeiramente vendido nos leilões públicos organizados pela Agencia Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP), sendo 80% das vendas reservadas para quem tem o Selo Combustível Social.

A atividade de produção de biodiesel é regulada pela Resolução ANP nº 25/2008, que estabelece três etapas para o processo de autorização:

I - Autorização para construção, modificação ou ampliação de capacidade;

II - Autorização para operação; e

III - Autorização para comercialização.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

O MDA é responsável pelo controle de como vem se desenrolando o Selo Social e do investimento para desenvolver propostas que melhorem a produção do agricultor familiar.

> O PNPB conta com fontes de financiamentos em dois programas, operados pelo BNDES, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia:
> a) O Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Biodiesel, que prevê créditos para custeio, investimento e comercialização, financiando todas as fases da produção do biodiesel (agrícola, esmagamento e produção). Em 2006, o BNDES previa a aprovação de 2 bilhões de reais para projetos no setor, destinados exclusivamente às grandes usinas e agricultores.
> b) O PRONAF prevê uma linha de crédito para os agricultores familiares voltada ao custeio da produção de oleaginosas que, em 2005, foi da ordem de R$ 100 milhões. O financiamento está condicionado a um contrato de compra a venda entre o agricultor familiar e o produtor de biodiesel. (SUARÉZ, 2008, p. 37)

2.2
O Selo Combustível Social

Segundo cartilha do governo federal sobre o biodiesel, o PNPB reconhece a importância de criar condições para a produção da agricultura familiar, principalmente de mamona e dendê nas regiões Norte, Nordeste e no Semi-Árido, sendo a criação do Selo Combustível Social um dos instrumentos do marco regulatório na tentativa de promover a inclusão social na cadeia de produção do novo combustível.

O Selo Social é concedido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário para os produtores industriais e, para os que o possuem, prevê: obtenção de benefícios tributários, como diminuição de impostos, financiamento, assim como garantia de participação nos leilões da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível), devendo os mesmos adquirirem uma percentagem de matéria-prima de agricultores familiares que varia de acordo com a região.

Na Amazônia e Mato Grosso esta percentagem era em torno de 10% e agora é de 15%, no Centro Sul é de 30% e o Nordeste, que tinha um percentual de 50%, atualmente diminuiu para 30%. Além da compra desta percentagem da matéria-prima, devem estabelecer contrato com especificação de renda e prazo e garantir assistência e capacitação técnica.

A instituição do Selo Combustível Social e o incentivo ao uso de uma ampla variedade de oleaginosas são os principais mecanismos voltados à inclusão

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

social e ao desenvolvimento regional. A opção pelo uso de uma ampla variedade de oleaginosas visa a estimular a produção de biodiesel em todas as regiões do país. O Selo oferece vantagens fiscais às empresas que se instalam em certas regiões do país e compram matéria-prima da agricultura familiar.

Duas outras importantes medidas buscaram complementar esses instrumentos: os leilões de biodiesel e a criação de pólos de produção voltados ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais nas regiões produtoras.

As empresas detentores do Selo Combustível Social podem participar dos Leilões de Compra da ANP e se habilitar a contratos de fornecimento junto à Petrobras.

Assim, na busca de garantir que o Programa do biodiesel cumpra o objetivo de inclusão social e de desenvolvimento regional, o Governo Federal criou o Selo Combustível Social. Este se traduz como um componente de identificação concedido pelo MDA aos produtores de biodiesel que comprarem parte da matéria-prima necessária para a fabricação proveniente da agricultura familiar.

Para tanto, segundo cartilha do MDA, os produtores de biodiesel precisam obedecer a algumas regras para receber o Selo Social, cumprindo algumas tarefas para com o agricultor familiar, que são:

• Firmar contratos com os agricultores familiares negociados com a participação de uma entidade representativa dos mesmos (sindicatos, federações). A agricultura familiar organizada na forma de sindicatos ou federações terá que dar anuência por meio de carta para validar o que foi acordado entre as partes;

• Repassar cópia dos contratos devidamente assinados pelas partes para o agricultor familiar contratado e para a entidade representativa (sindicato, federação, outros);

• Assegurar assistência técnica gratuita aos agricultores familiares contratados;

• Capacitar os agricultores e agricultoras familiares para a produção de oleaginosa(s), de forma compatível com a segurança alimentar da família e com os processos de geração de renda em curso, contribuindo para a melhor inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel e para o alcance da sustentabilidade da propriedade.

• Repassar, ao agricultor familiar assistido pelo técnico, cópia do laudo de visita devidamente assinado;

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

• Adquirir um percentual mínimo de matéria-prima da agricultura familiar, que varia de região para região, de acordo com a normativa vigente

Outra regra que os produtores de biodiesel precisam obedecer é a de estimular o plantio de oleaginosas somente em áreas com zoneamento agrícola para a oleaginosa em questão, ou em áreas que tenham recomendação técnica emitida por órgão público competente. Nos casos de oleaginosa de origem extrativista, as áreas terão que possuir um plano de manejo.

Assim, assegura à empresa de biodiesel que o detêm vantagens como a redução de impostos COFINS e PIS/PASEP além de venda nos leilões da ANP. Desse modo, o governo espera atrair empresas e, assim, inserir a agricultura familiar na cadeia produtiva desse biocombustível.

Foi estabelecido que o MDA seria o órgão responsável por fundar critérios e procedimentos relativos à obtenção, manutenção, renovação, suspensão e cancelamento da concessão e uso da certificação do Selo.

A partir de então, o MDA criou Instruções Normativas que regulamentam todas as questões relativas. A primeira dessas Instruções foi a criada em 5 de julho de 2005, que, dentre outros determinantes, estabeleceu os percentuais mínimos de aquisições de matéria-prima da agricultura familiar pelas empresas produtoras de biodiesel.

Assim, ficou instituído 50% para a região Nordeste e semi-árido, 30% para as regiões Sudeste e Sul e 10% para as regiões Norte e Centro-Oeste.

Em 2009, o Governo Federal através do MDA substituiu a primeira Instrução Normativa por outra com algumas alterações: os percentuais de aquisição de matéria-prima do agricultor familiar feitas pelo produtor de biodiesel para fins de concessão, manutenção e uso do Selo Social foram alterados para 10% até a safra 2009/2010, e 15% a partir da safra 2010/2011 para as aquisições provenientes das regiões Norte e Centro-Oeste; e 30% para as aquisições provenientes das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e o Semi-Árido a partir da data de publicação da Instrução. Essa alteração possivelmente explica a maior concentração das unidades produtoras de biodiesel detentoras do Selo na região Centro-Oeste.

Outra alteração advinda dessa Instrução Normativa permite às unidades produtoras de biodiesel incluir nos percentuais de gastos com a agricultura familiar não apenas a aquisição de matéria-prima, mas os recursos destinados a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

outros serviços. Esses serviços incluem sementes e adubos “doados” aos agricultores, correção de solo, hora máquina e/ou combustível, além de salário, diárias, deslocamento, alimentação, material didático e hospedagem dos técnicos que prestam assistência aos produtores (agora obrigatória).

Essas mudanças beneficiam ainda mais as empresas, já favorecidas pelas isenções tributárias, em detrimento dos agricultores familiares, já que antes a assistência técnica e demais auxílios à produção familiar eram tidos como uma contrapartida social aos incentivos fiscais.

Em outubro de 2011, foi aprovada na Câmara dos Deputados a Medida Provisória 540. A pressão de empresários quanto à redução de tributos culminou com a concessão às usinas de biodiesel da isenção de PIS/PASEP e do COFINS.

Se, por um lado, os empresários estão satisfeitos em deixar de pagar cerca de 18 centavos por litro de biodiesel vendido, referente ao PIS/PASEP e COFINS, por outro, esta política anula os benefícios fiscais concedidos pelo Selo Combustível Social, e os gestores do programa e os agricultores familiares não veem com bons olhos.

Segundo Vedana (2011), atualmente o setor produtivo não busca o Selo por causa do benefício fiscal, mas sim para poder participar do volume completo dos leilões de biodiesel. Na prática, a isenção do PIS/PASEP e COFINS não mudaria em nada a vontade das usinas em ter o Selo Social, hoje.

O problema surge quando se coloca no horizonte a possibilidade do fim do atual modelo de leilões, com reserva de mercado para as usinas com Selo Combustível Social, somado ao planejamento do governo em ampliar os benefícios fiscais para quem garantir mais inclusão social.

Os leilões são uma forma de controle do mercado do biodiesel por parte do Estado, já que a comercialização fica quase que restrita aos leilões, além de estipular os preços mínimos.

Diante disso, a solução em tela que está sendo estudada é usar o veto presidencial ao artigo. Com isso, se evitariam todos os problemas que seriam causados caso a Medida Provisória 540 não fosse votada dentro do prazo exigido por lei, já que essa Medida trata de muitos outros itens de interesse do executivo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

2.3
A construção do imaginário de desenvolvimento e progresso presente no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

Percebe-se, através do Programa, uma busca por novos mercados baseado na idéia do desenvolvimento sustentável de acordo com os novos rumos do mercado internacional ressaltando o biodiesel como um combustível ambiental e socialmente sustentável.

Por isso cabe uma análise do imaginário de desenvolvimento presente em quem se propõe a entrar neste mercado globalizado e seu novo uso através do conceito de desenvolvimento sustentável, assim como da contradição presente entre este imaginário de desenvolvimento e sua sustentabilidade.

Passamos, ao longo de séculos, desde antes da Revolução Francesa, por um processo de imposição de uma determinada sociedade, europeia, sobre outras. As Cruzadas e as Grandes Navegações são um princípio de imposição a níveis globais, mesmo que de forma embrionária se comparado com os processos que vivenciamos.

Lautouche (1994) mostra que o processo de ocidentalização do mundo e de imposição dos parâmetros europeus é antigo; por mais que a forma de imposição tenha mudado radicalmente, a imposição se mantém. Para o autor, as Cruzadas deixam como triunfo ao processo de ocidentalização, à homogeneização da base ocidental, a Igreja.

Para o autor supracitado, com as Grandes Navegações a imposição dos parâmetros europeus "ao resto" é garantida através da conquista dos territórios pelos militares, dos mercados pelos mercadores e a conquista espiritual pelos missionários, concluindo que atualmente:

> Esta apoteose do Ocidente não é mais a presença real de um poder humilhante por sua brutalidade e sua arrogância. Ela se apóia nos poderes simbólicos cuja dominação abstrata é mais insidiosa, mas por isso mesmo menos contestável. Esses novos agentes da dominação são a ciência, a técnica, a economia e o imaginário sobre o qual elas repousam: os valores do progresso. (LATOUCHE, 1994, p. 26).

Cabe lembrar que, por mais que a brutalidade não seja parâmetro, esta não deixou de ser usada quando necessária vide os ataques aos países ditos terroristas,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

as repressões às manifestações de Oaxaca no México, as ditaduras na América Latina e a crescente repressão aos movimentos sociais.

Latouche (1994) coloca que esta imposição está explícita também na dominação do econômico através do mercado único, do mito do desenvolvimento no qual se universaliza a ambição por esse modo de vida, com fé na ciência e reverência à técnica, e na invasão "cultural" e produção de "signos", que se encontra, sobretudo, no Norte.

Castoriads (1987 e 2010) dialoga com Latouche (1994) ao abordar o desenvolvimento como significação do imaginário social, uma forma de impor o modo de vida "ocidental" a todas as outras sociedades, como se o crescimento da produção e das forças produtivas fosse ilimitado e só trouxesse vantagens. Ao lembrar que a própria política dos governos se utiliza do slogan do desenvolvimento, ressalta a necessidade de desconstruirmos estes mitos, que são um obstáculo no caminho de uma reconstrução da sociedade humana.

> o significado do êxito destes dois processos (industrialização/ocidentalização) seria a implantação de uma dinâmica de dominação do mundo, isto é, a inserção vitoriosa numa corrida pela dominação (pela força bruta/pela força simbólica). O fracasso se traduz pela inserção apenas das elites na modernidade do Ocidente, enquanto as massas são marginalizadas (terceiro mundo/ periferia) (LATOUCHE, 1994, p. 92).

Essa ideia de desenvolvimento é colocada como passível de ser alcançada por todos, com uma ideia evolucionista na qual quem não tem o nível técnico produtivo dos países desenvolvidos está em um processo atrasado, tendo de passar por modificações para alcançar este desenvolvimento. Como Rua (2007) explicita, este processo de imposição de um paradigma sobre outros é antigo, com uma forte construção imaginária da sociedade deste como progresso.

> Então, pode-se dizer que a modernização, como base concreta da modernidade, teve como conceito-gêmeo o progresso, e a ambos foi, após a Segunda Guerra Mundial, acrescentado o conceito-síntese de desenvolvimento, que passou a expressar aquela base concreta. Evolucionista, como os anteriores, de caráter sempre positivo, como os dois conceitos que tem acompanhado (progresso e modernização), o desenvolvimento tem se mostrado ainda mais forte ideologicamente. Além do caráter positivo e evolucionista, sintetiza, também, um projeto civilizatório ocidental que o coloca como instrumento operativo de um paradigma a ser seguido por todos os modelos de sociedade (RUA, 2007, p. 149).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

Segundo Houtart (2010), o Século das Luzes, nascido em um momento em que a sociedade se encontra em intensa expansão, traz a ideia de progresso linear da sociedade - apropriada da teoria da evolução de Darwin - assim como a ideia da sociedade como um organismo que funciona de acordo com um equilíbrio que não pode ser quebrado. Löwy (2009) aborda Lukács ao ressaltar o uso do conhecimento científico em prol de uma visão de mundo, o que muitas vezes deturpa a própria realidade.

> O ideal epistemológico das ciências da natureza que, aplicado à natureza, não faz senão servir ao progresso da ciência aparece, quando é aplicado à evolução da sociedade, como um instrumento de combate da burguesia. Para esta última, é uma questão vital conceber sua própria ordem de produção como constituída por categorias válidas de uma maneira intemporal e destinadas a existir eternamente graças às leis eternas da natureza. (LUKÁCS apud LÖWY, 2009, p. 148)

Desenvolvimento e progresso, no imaginário social, trazem sempre uma ideia de evolução, de quebra com o passado num sentido positivo, como se abandonar o que vem antes fosse o melhor caminho. Quem questiona estas mudanças ou é conservador ou revolucionário, como se este fosse o único caminho a ser trilhado.

> Nas ciências naturais, a partir do século XVII, prevaleceu claramente a ideia de que o mais recente é sempre o mais verdadeiro ou o melhor. Enfim, os modernos e sua nova onda cultural prevaleceram impondo maior "sabedoria" como condição para o progresso. (DUPAS, 2006, p. 14)

O valor dado ao maior acúmulo de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico coloca outras relações sociais, como a dos índios, agricultores familiares, quilombolas, como atrasadas em comparação às mudanças sociais e técnicas do avanço capitalista. Desenvolvimento e progresso estão sempre atrelados a avanços técnicos em busca da melhoria da qualidade da vida humana e da produção.

> trata-se aqui de analisar a quem dominantemente esse *progresso* serve e quais os riscos e custos de natureza social, ambiental e de sobrevivência da espécie que ele está provocando; e que catástrofes futuras ele pode ocasionar. (DUPAS, 2006, p. 26)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

A importância de legitimar o processo de modificações no espaço é grande: quem propõe a mudança ganha adeptos para sua propagação. Se o objetivo é criar um novo nicho mercadológico, como o dos biocombustíveis e o do biodiesel mais especificamente, há de se presumir sua aceitação pela sociedade ou, pelo menos, por parte desta e, para legitimar, a publicidade, os discursos, simbolismos e propagandas são meios de se alcançar esta aceitação por um número cada vez maior de pessoas, assim como para responder à necessidade de dar legitimidade à produção internacionalmente e nacionalmente – o que gera benefícios para o governo (especulações, valorizações) e para quem investe.

A acumulação de capital estando no centro da lógica da reprodução da economia e do desenvolvimento do mercado, base do desenvolvimento da sociedade atual, explicam a necessidade de soluções que levem à fuga de um declínio de produção, reafirmando o progresso deste sistema de relações sociais, através de propagandas e valores que reproduzem a ideologia dominante e a produção em si.

Segundo Ferreira (2011) o capitalismo vem escapando de suas crises de sobre acumulação através da produção do espaço e, assim, vão se realizando novos ajustes espaço-temporais que darão sustentação ao modelo socioeconômico.

O mercado ideológico, simbólico para legitimação e construção do imaginário social, é assim de grande importância para a concretização de uma política pública, afinal esta é feita por um grupo de pessoas que a priori estariam representando a população de um determinado local no qual a política será aplicada, população esta complexa, de interesses diversos. Assim, o biodiesel é colocado como um grande avanço e suas mazelas sociais e ambientais escondidas.

Por outro lado, nem todos os sujeitos sociais aceitam as políticas sociais do Estado nem o desenvolvimento da forma como vem se dando. Muitos questionamentos referentes às suas desigualdades e contradições são colocados por grande parcela da população. No campo, um número cada vez maior de agricultores que sofrem com os impactos negativos desta forma de desenvolvimento se organizam em busca de melhores condições, como os Sem-Terra e Via Campesina. Na falta de diálogo e prevalência de uma visão que privilegia um número menor de pessoas restam os protestos, que na maior parte das vezes são reprimidos pelas forças policiais.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

Assim, diante de um crescente questionamento deste processo de desenvolvimento baseado na produção capitalista, devido às suas desigualdades e à exploração exacerbada dos recursos naturais, há por um lado um forte aumento da criminalização dos movimentos sociais e por outro vão ocorrendo adaptações e modificações nas relações espaciais, ajustes, e os discursos ganham novas caras na busca de uma maior aceitação.

Apesar de o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel ser um programa governamental que utiliza um discurso crítico aos impactos socioambientais de um processo de ocidentalização do mundo através da globalização do capitalismo, o governo lança uma política pública que prevê melhorias para o agricultor familiar sem pensá-la com este agricultor, construindo um imaginário em torno destas políticas de progresso, desenvolvimento e de avanços nas relações socioambientais que se mostram, no mínimo, contraditórios quando postos em prática, como será melhor analisado.

Como ressaltam Carvalho e Marin (2008) - ao analisarem a política de biocombustíveis - para o exercício do poder o Estado lança mão de planos e programas, nos quais são determinados os problemas da sociedade e, ao mesmo tempo, são impostas as soluções que fazem parte da construção do imaginário de desenvolvimento e progresso expressa ao longo do capítulo.

> Para defender seus argumentos e obter legitimidade social, o Estado incorpora no Plano Nacional de Agroenergia o enfoque do desenvolvimento sustentável, construindo um conjunto de ideias e valores comungados pelos cidadãos. Neste processo as ações do Estado estariam centralizadas no desenvolvimento humano e ambiental, mascarando assim, as contradições sociais e ambientais existentes. Ao associar o programa agroenergético ao desenvolvimento sustentável, um ideário atualmente almejado pela sociedade, o Estado pretende ampliar o universo de possíveis beneficiários dessa política buscando envolver um maior número possível de agentes sociais. (CARVALHO e MARIN, 2008, p. 2)

Atualmente, a tríade desenvolvimento, progresso e modernidade se transvertem no discurso do desenvolvimento sustentável, do qual quem propaga o biodiesel se utiliza.

Como já colocado é sobretudo com a ECO 92, no Rio de Janeiro, que essas questões ganham um alcance significativo com enfoque nas discussões relativas ao aquecimento global e na reflexão sobre o que seria um desenvolvimento sustentável.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

A partir deste evento, através da convenção do clima, partiu-se para o tratado de Quioto, que estipula cotas de emissão de CO_2, e produziu-se um documento intitulado de Agenda 21, no qual se apresentou um programa de ações que buscavam interligar interesses ambientais, sociais e econômicos.

O desenvolvimento sustentável se reafirma, assim, através da Agenda 21, que cria linhas gerais pelas quais os países "ambientalmente corretos" devem seguir – caso não sigam, perderão prestígio internacional com relação aos seus produtos –. Ou seja, para concorrer no mercado deve-se produzir seguindo linhas impostas.

> Os tão ressaltados benefícios ambientais podem gerar vantagens econômicas para o país, enquadrando o biodiesel nos acordos estabelecidos pela Agenda 21, pelo protocolo de Quioto, e nas diretrizes de Mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL). (HOLANDA apud BELTRÃO e LIMA, 2007, p. 408).

Nos pareceres da Agenda 21 fica bem claro ao que se devem propor os países que desejam um desenvolvimento sustentável: participar de uma cooperação internacional que busca acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento através de políticas internas correlatas.

Para tanto, colocam que o cumprimento dos objetivos da Agenda 21 acerca de desenvolvimento e meio ambiente exigirá um fluxo substancial de recursos financeiros novos e adicionais para os países em desenvolvimento, destinados a cobrir os custos incrementais necessários às ações que esses países deverão empreender para fazer frente aos problemas ambientais mundiais e acelerar o desenvolvimento sustentável. Resumindo, pegar empréstimos de órgãos internacionais como FMI.

Por outro lado, colocam que tampouco haverá impulso com os países em desenvolvimento sobrecarregados pelo endividamento externo, com financiamento insuficiente para o desenvolvimento, com obstáculos que restringem o acesso aos mercados e com a permanência dos preços dos produtos básicos e dos prazos comerciais dos países em desenvolvimento em depressão.

Coloca-se que a reativação e a aceleração do desenvolvimento exigem um ambiente econômico e internacional ao mesmo tempo dinâmico e propício, juntamente com políticas firmes no plano nacional. Ou seja, mais abertura econômica, mais espaço para uma lógica que se volta mais para as trocas do que para o valor de uso.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

Como será explicitado mais à frente, a técnica é colocada na maior parte das vezes como a solução para tornar determinada produção mais ecológica, enquanto a produção e as relações sociais poucas vezes são discutidas, muito pelo contrário. Agora, até "as reservas de carbono" viraram mercadoria para reafirmar o processo de produção em determinadas localidades.

Como aborda Houtart (2010), as leis para diminuição das emissões (como as trocas de quotas de emissão) permitem que as indústrias e os países cumpram suas metas de redução de CO_2 sem de fato diminuí-las. No Brasil, em Minas Gerais, as plantações de eucalipto destinadas à produção de carvão entram nestes programas como projeto de reflorestamento.

Segundo Houtart (2010) inclusive, novas empresas se especializam no mercado de carbono, entre elas, a Low Carbon Accelarator, a Powernext Carbon e a European Carbon Exchange e o ecobusiness está em plena expansão.

Segundo Moreira (2004), a noção de desenvolvimento sustentável formulada pelas Nações Unidas expressa a ideia de um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem arriscar a satisfação das necessidades das futuras gerações, sendo suficientemente vaga para não ferir os interesses hegemônicos consolidados; seja de nações, de corporações nacionais e transnacionais; seja de classes sociais, de domínios territoriais ou mesmo tecnológicos; nesse sentido, ganha o status de conceito hegemônico.

> Para mascarar essas contradições o Estado utiliza o conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo Scotto et al (2007), esse conceito se baseia na crença de um desenvolvimento baseado no crescimento econômico, dentro de uma lógica de mercado.
> Assim, o desenvolvimento sustentável segue anunciando um futuro de oportunidades comuns, um mundo de maior eqüidade social e equilíbrio ambiental, sem abrir mão da ideia de que isto só pode ser obtido com mais crescimento econômico. (CARVALHO e MARIN, 2008, p. 12)

Torres (2012) ressalta que Furtado (1974) nos lembra que a adjetivação do desenvolvimento como sustentável seria uma contradição, mas que se sofisticaria na medida em que faria crer que, além de o desenvolvimento ser possível para todos, seria para sempre.

Se pensarmos que coexistem diversas formas de desenvolvimento social, com distintas visões, paradigmas, percepções de qualidade de vida e do que é a natureza, percebemos que essas diferentes visões terão diferentes

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

desenvolvimentos no espaço, e diferentes noções do que é bem-estar para as futuras gerações.

A visão vaga de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas acaba valorizando uma forma de relação homem-meio sem pensar a sustentabilidade do conjunto ambiental e social para as futuras gerações. Mais uma vez, preza-se a manutenção do acúmulo de capital. Assim se reafirma toda a construção de um imaginário social de desenvolvimento pautado no valor de troca, ao invés do de uso, que reafirma a reprodução espacial voltada para o mercado internacional ao invés de pensar o desenvolvimento e necessidades locais.

> O discurso do desenvolvimento sustentável inscreve-se assim numa "política da representação" (Escobar, 1995), que simplifica a complexidade dos processos naturais e destrói as identidades culturais para assimilá-las a uma lógica, a uma razão, a uma estratégia de poder para a apropriação da natureza como meio de produção e fonte de riqueza (LEFF, 2009, p. 25)

Os discursos que se incumbem de difundir a política de agroenergia, da qual a política de biodiesel faz parte, encontram-se num contexto favorável de foco internacional baseado nas questões ambientais, e todas as condições sociais necessárias para o reconhecimento de sua autoridade foram satisfeitas.

> No âmbito mais específico, num plano ou programa político, a violência simbólica exercida pelo Estado se manifesta mediante a imposição de sua visão de mundo apresentada como uma demanda social. (CARVALHO e MARIN, 2008, p. 17)

Utilizando uma ideia de desenvolvimento sustentável, que é uma nova face dos discursos de progresso, desenvolvimento e modernidade, os combustíveis renováveis reafirmam a produção capitalista do espaço e toda contradição pertinente a esta.

Busca-se aumentar a produção de combustível para suprir o aumento dos meios de transporte e o uso do transporte individual, buscando soluções para uma menor dependência do petróleo baseada em uma fonte renovável, além de benefícios no mercado internacional devido à sua publicidade.

Ao ressaltar o biodiesel como um combustível que respeita o meio ambiente e busca diminuir a desigualdade social, deixa-se de frisar todo o processo no qual esta produção está baseada e escondem-se os contras.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

O conhecimento científico é de fundamental importância para dar sustentação ao desenvolvimento de uma política pública.

> em nossa cultura liberal-conservadora o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar - ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até distorção sistemática como "normalidade", "objetividade" e "imparcialidade científica". (MESZÁROS, 2004, p. 57)

Dialeticamente, percebe-se a construção científica e o desenvolvimento tecnológico como reflexos da sociedade e, portanto, de suas contradições e desigualdades e vice versa.

Assim, ao analisar os diferentes discursos sobre a questão metodológica na construção científica, Löwy (2009) ressalta que uma das críticas feitas aos liberais pelos marxistas históricos era a de colocar a ciência como algo puro, de verdades absolutas, ausente de intervenção do sujeito na análise do objeto, como se o próprio fato de colocar a construção científica acima de outros conhecimentos já não fosse ideologicamente construído em prol de um momento onde o domínio da natureza pelo homem estava em plena expansão.

Assim, a ciência se desenvolve no imaginário social como algo puro, verdadeiro, sem possibilidades de manipulação dos resultados através da escolha do método de análise e dos objetivos esperados com a pesquisa desenvolvida. A ciência participa da construção do imaginário social e é reflexo deste e da sociedade, e assim acaba ficando cada vez mais produtivista e tecnicista.

Já que para manter os padrões de produtividade e vida atuais os combustíveis são essenciais, diante da possibilidade de declínio das reservas fósseis e dos conflitos geopolíticos provenientes da territorialidade das reservas, devido a uma maior exigência de qualidade ambiental no mercado internacional e valorização deste tipo de produção, as pesquisas em tecnologias para produção de biocombustíveis e biodiesel se intensificam.

Além disso, podem representar uma iniciativa de diminuição de importação. Segundo Beltrão e Lima (2007), o Brasil gasta US$ 800 milhões ano com a importação de 4 milhões de litros de diesel de petróleo.

Com bastante investimento do Governo Federal, da Petrobras e de empresas privadas, coloca-se os biocombustíveis como parte da construção do imaginário social do desenvolvimento, progresso e modernidade, de desenvolvimento

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

sustentável, escamoteando suas contradições através dos discursos que os propagandeiam como superação da degradação ambiental e social.

Um dos recursos para legitimar o investimento nesta energia é a grande aposta na publicidade e nos meios de comunicação embasados nas confirmações de base científica, formando uma base ideológica a seu favor.

> Nessas lutas simbólicas pela imposição de um ponto de vista legítimo, o discurso cientifico é quase inevitável. Comumente é utilizado para argumentar ou fundamentar o ponto de vista oficial do Estado, atuando como uma arma simbólica utilizada para impor sua visão. Normalmente, o Estado elege alguém — uma equipe de estudiosos, cientistas — para produzir um ponto de vista, que passa então a ser reconhecido como transcendente em relação aos pontos de vistas diferentes (Bourdieu, 1998).
> Os discursos oficiais relacionados ao programa de geração de agroenergia apóiam-se no corpo de profissionais técnico científico. Estes estão presentes nos órgãos estatais, como EMBRAPA, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDICE), bem como em outros órgãos, entidades, institutos de pesquisas públicas ou privadas. O Estado também utiliza os conhecimentos produzidos por pesquisadores que compõem a comunidade científica nacional e internacional. Esses agentes escolhidos para embasar o ponto de vista oficial possuem um capital simbólico, por isso, são conhecidos e reconhecidos legitimamente pela sociedade como os produtores e detentores do conhecimento. (CARVALHO e MARIN, 2008, p. 6).

A política do biodiesel parte da premissa ideológica dos combustíveis renováveis e da ideia de que estes são passíveis de uma produção menos poluidora, emitindo menos CO_2 na atmosfera, utilizando-se de um momento onde as questões ambientais estão mais em pauta.

Ouve-se, o tempo todo, os biocombustíveis serem exaltados como sinônimo de avanços do quesito combustível ambientalmente sustentável, em um discurso no qual a própria ideia de sustentabilidade é dúbia, abrangente o suficiente para não haver grandes rupturas e mudanças. Ressaltando o fato de que estes não têm a possibilidade de se extinguir por se renovarem junto com a produção agrícola.

No entanto, como será colocado, esta produção agrícola cada vez mais mecanizada e dependente de insumos deveria no mínimo ser questionada por parte do Estado como renovável e menos poluidora, já que é dependente de grandes reservas, sobretudo de fósforo e potássio, e baseada em mecanização que necessita de combustível, além do uso de insumos importados, o que requer transporte, consumo de energia de fonte fóssil e emissão de CO_2.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA

Além disso, a forma como vem se estruturando a produção de biodiesel, em que parte da produção da matéria-prima de acordo com este tipo de agricultura é transportada para as indústrias de transformação que, que por sua vez, transporta o óleo para a ANP, que depois irá distribuí-los nos postos, gera ainda mais emissão de CO_2.

Assim, o Estado, para justificar o programa do biodiesel, busca, através de estudos científicos e da construção do imaginário social do desenvolvimento sustentável, comprovar sua eficácia com desenvolvimento científico e técnico voltado a produção de respostas aos questionamentos ambientais da sociedade - que busca "consumir o social e ambientalmente correto" -, mas parece não desenvolver um estudo e uma política pública que busquem de fato mudanças, nem uma análise mais realista da sociedade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1011867/CA